

CORREIO PAULISTANO

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



Parlamentares falaram, também, sobre educação

Presidente da República visita hoje (9) o Instituto Butanta

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa nesta segunda-feira (9) de visita e anúncio de investimentos na infraestrutura e produção de vacinas e insumos imunobiológicos do Instituto Butantan, em São Paulo. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, participam da cerimônia. O Governo do Brasil destinou R\$ 1 bilhão para expansão e modernização do complexo, além de aproximadamente R\$ 400 milhões oriundos do Instituto, órgão vinculado ao governo de São Paulo. O presidente conhecerá o complexo onde são fabricadas as vacinas contra a dengue. O evento marca o início no país da vacinação.

Profissionais de saúde irão primeiro

A vacinação contra a dengue começará com todos os profissionais de saúde da Atenção Primária do SUS. Eles receberão a Butantan-DV, vacina 100% nacional. O Ministério da Saúde adquiriu 3,9 milhões de doses da vacina e as primeiras entregas serão destinadas a essa ação, que abrangerá todo o país. O evento será nesta segunda-feira (9), no Auditório do centro administrativo do Instituto Butantan, na Avenida da Universidade, 210.

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



Parlamentares falaram sobre dívidas com o município

Vereadores de SP discursam

Na última Sessão Plenária da primeira semana de trabalho legislativo de 2026, os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo novamente utilizaram a tribuna para discursar sobre temas relacionados à capital paulista. Dívidas tributárias, projetos urbanísticos e educação foram alguns assuntos debatidos pelos parlamentares. A vereadora Ely Teruel (MDB) conduziu a sessão e celebrou ter sido a primeira mulher a presidir uma Sessão Plenária em 2026. Já o vereador Rubinho Nunes (UNIÃO) exaltou o projeto de criação do Boulevard São João.

Grandes devedores da cidade

Presidente em exercício, o vereador João Jorge (MDB) apresentou um requerimento solicitando a divulgação pública da lista dos maiores devedores da dívida ativa de natureza tributária do município de São Paulo. Os nomes também deverão ser enviados à Câmara. O documento foi lido da tribuna e aprovado pelo Plenário. Líder do governo na Câmara, o vereador Fabio Riva (MDB) endossou.

Primeiro título

Jovens de 15 anos podem tirar o documento até 6 de maio. Faltando 3 meses para fechar o cadastro eleitoral, alistamento antecipado garante o direito ao voto de quem completa 16 anos até o primeiro turno das Eleições 2026. O fechamento do cadastro eleitoral está marcado para o dia 6 de maio deste ano.

Carnaval SP

A venda de passagens aéreas para o carnaval de São Paulo cresceu 11% em relação ao ano passado, segundo a Embratur. O aumento reflete a força da festa na capital, que atrai tanto quem vem curtir os blocos de rua quanto quem desfila na Avenida, e impulsiona setores como hotelaria, serviços e turismo.

Calor Urbano 1

A Prefeitura de SP lançou o SampaAdapta, iniciativa para enfrentar os efeitos do calor extremo. A proposta é mapear e propor espaços de conforto térmico, fortalecer políticas de saúde e de áreas verdes, além de fomentar estratégias de engajamento popular e troca de boas práticas com outras cidades.

calor urbano 2

Com sensores instalados em residências, serviços, parques, escolas e unidades de saúde, o SampaAdapta coleta e analisa de forma integrada dados sobre calor e saúde. Os dados vão orientar ações de adaptação climática, como a criação de estratégias para melhorar o conforto térmico na cidade e formular diretrizes para requalificar parques e praças.

Rodízio suspenso

A Prefeitura de São Paulo vai suspender o rodízio municipal de veículos para automóveis durante o período de Carnaval. A interrupção da medida vale de 16 a 18 de fevereiro, conforme informou a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). O rodízio para caminhões, no entanto, segue em vigor normalmente.

Idoso encontrado

Um homem de 60 anos que estava desaparecido desde 30 de dezembro de 2025 foi localizado após mais de um mês por meio do sistema de reconhecimento facial da Prefeitura de São Paulo. A identificação ocorreu no terminal Parque Dom Pedro II, na região central da capital.



Legislativo diz que não há registros de irregularidades

Capitão da PM preso era segurança da Câmara de SP

Oficial atuava no parlamento desde 2014 e foi investigado

Da Redação

Um capitão da Polícia Militar preso na manhã desta quarta-feira (4) durante uma operação da Corregedoria da corporação atuava na equipe responsável pela segurança da presidência da Câmara Municipal de São Paulo. O oficial está entre três policiais detidos sob suspeita de envolvimento em um esquema de escolta irregular ligada a uma empresa investigada por conexão com o PCC.

De acordo com informações da presidência da Câmara, o capitão integrava a Assessoria Policial Militar da Casa desde outubro de 2014. Nesse período, o oficial permaneceu na função durante cinco diferentes gestões da presidência do Legislativo paulistano.

A Câmara Municipal informou que não há registros de irregularidades relacionadas à atuação do capitão nas atividades desempenhadas dentro da Assessoria Militar. O órgão destacou que os serviços prestados pelo policial no âmbito do Legislativo não apresentaram apontamentos que o desabonassem. Dados internos indicam que, em 2023, a Assessoria Policial Militar da Câmara contava com 24 policiais militares. Atualmente, segundo a Casa, o efetivo é composto por 26 PMs destacados para funções de segurança institucional.

A prisão do capitão ocorre no contexto de investigações que apuram a atuação de policiais militares em serviços de segurança privada

considerados irregulares. Em 2024, um relatório do Ministério Público apontou que dirigentes da Transwolfoff, empresa de transporte coletivo sob suspeita de ligação com o PCC, contavam com escolta feita por policiais da Rota. À época, o documento não atribuía crimes diretamente aos agentes.

O capitão e os outros dois policiais presos são investigados pela suspeita de realizar escolta do proprietário e de um diretor da Transwolfoff de forma não autorizada. As apurações indicam que o trabalho teria sido feito fora das atribuições oficiais e, em tese, durante períodos de folga, o que configura infração às normas internas da corporação e pode gerar sanções administrativas e criminais.

O governo estadual informou que a análise de materiais compartilhados pelo Ministério Público apontou a participação direta dos policiais na segurança de pessoas investigadas e alvos da Operação Fim da Linha. Mensagens interceptadas com autorização judicial indicam que ao menos seis PMs atuavam no esquema, com o capitão preso exercendo possível papel de coordenação do grupo e tratando de valores pagos aos agentes.

A Transwolfoff afirmou repudiar qualquer tentativa de associação com organizações criminosas e declarou não haver fundamento nas acusações de envolvimento da empresa, de seus representantes ou dos policiais citados em atividades ilícitas.